

**GÊNEROS ORAIS: ENSINO–APRENDIZAGEM
NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Hilariana Santana da Silva Ferreira (UNEB)

hilariana.ferreira@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino–aprendizagem dos gêneros orais, procurando identificar o lugar da oralidade no espaço escolar. Objetivou-se: descrever algumas práticas pedagógicas do ensino de oralidade na sala de aula de professores do Ensino Fundamental II; identificar as concepções subjacentes às práticas de ensino de oralidade na sala de aula; investigar possíveis contribuições dos professores no que tange ao desenvolvimento da competência oral dos seus alunos; identificar, nas narrativas dos professores, indícios de suas práticas com os gêneros orais em sala de aula, considerando sua relação com as especificidades do gênero e a articulação com as demais práticas de leitura, produção textual e análise linguística. Para atingir esses objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa com quatro professores de Língua Portuguesa da rede municipal que lecionam no Ensino Fundamental II em turma do 6º ao 9º ano, em escolas de bairros periféricos e centro da cidade. Direcionaram-se as entrevistas respeitando o que eles consideram importante para o ensino–aprendizagem dos gêneros textuais; quais gêneros, de modo geral contribuem mais para o desempenho das capacidades comunicativas dos alunos; quais os gêneros orais que são trabalhados; as estratégias utilizadas para o desenvolvimento da fala e da escuta de modo eficaz; como é a participação dos alunos em atividades que envolvem a oralidade e a importância de se trabalhar com os gêneros orais. Como base teórica, utilizaram-se as seguintes referências, dentre outros: BNCC (2016), PCN (BRASIL, 1998), Marcuschi (2002; 2005; 2008; 2010). Os resultados alcançados indicam que os docentes demonstram ter consciência da importância do trabalho com a linguagem oral em suas aulas, contudo percebe-se que os gêneros orais não são tão explorados quanto os gêneros escritos.

Palavras-chave:

Oralidade. Gêneros textuais. Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This article analyzes the position of Portuguese language teachers in relation to the teaching and learning of oral genres, seeking to identify the place of orality in the school space. The objective was: to describe some pedagogical practices of oral teaching in the classroom of elementary school teachers II; to identify the concepts underlying the oral teaching practices in the classroom; investigate possible contributions from teachers with regard to the development of their students' oral competence; identify, in the teachers' narratives, evidence of their practices with oral genres in the classroom, considering their relationship with the specifics of the genre and the articulation with other reading, textual production and linguistic analysis practices. To achieve these objectives, a qualitative research was developed with four teachers of Portuguese Language from the municipal network who teach in elementary school II

in a class from the 6th to the 9th grade, in schools in peripheral neighborhoods and downtown. The interviews were directed respecting what they consider important for the teaching-learning of textual genres; which genres, in general, contribute more to the performance of students' communicative skills; which oral genres are worked on; the strategies used to develop speech and listening effectively; how is the participation of students in activities that involve orality and the importance of working with oral genres. As a theoretical basis, the following references were used, among others: BNCC (2016), PCN (BRASIL, 1998), Marcuschi (2002; 2005; 2008; 2010). The results achieved indicate that teachers demonstrate awareness of the importance of working with oral language in their classes, however it is clear that oral genres are not as explored as written genres.

Keywords:

Orality. Textual genres. Portuguese Language Teaching.

1. Introdução

Através da linguagem, o ser humano é capaz de interagir e se desenvolver pelas relações que estabelece com seus interlocutores. Sendo assim, a linguagem é imprescindível para a construção do indivíduo, visto que ele participa diariamente de todas as ações em sociedade mediante a linguagem oral e/ou escrita.

A escola é uma das instituições responsável para formar o indivíduo num ser interativo e sociável, a partir do processo de ensino-aprendizagem da língua. Contudo, segundo Dantas e Rodrigues (2015, p. 139) é recorrente um ensino marcado pela ênfase à modalidade escrita da língua, relegando à oralidade um lugar de desprestígio social, restrito a tímidas ocorrências de leitura em voz alta ou discussão de texto com fim na produção escrita. No entanto, é notável que nas últimas décadas, com o desenvolvimento da Linguística Textual, os documentos norteadores da educação e a preocupação dos profissionais envolvidos no ensino de língua, tem aumentado consideravelmente a exploração de diversos gêneros; inclusive aqueles voltados para a oralidade, que propiciam aos alunos um contato mais real com práticas orais.

Assim, a presença dos gêneros textuais nas escolas está aumentando gradativamente, logo o professor tem o papel de trabalhar com todos esses gêneros, selecionando-os adequadamente, pois o aluno precisa ter o domínio das linguagens, visto que é por meio delas que se tem acesso às informações, expressam-se, defendem-se e compartilham-se opiniões.

Ainda sobre o trabalho pautado nos gêneros textuais, Marcuschi (2003, p. 15) afirma que esse trabalho “é uma extraordinária oportunidade

de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia”. Segundo esse autor, “nada do que fizemos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero. Assim, tudo que fizemos linguisticamente pode ser tratado em um ou outro gênero”.

Nesse sentido, é papel da escola garantir aos educandos o acesso aos mais variados gêneros textuais tanto da concepção oral, quanto na escrita, possibilitando aos alunos o desenvolvimento da competência comunicativa em diversas situações que exigem o domínio da palavra, garantindo dessa forma o exercício da cidadania.

Para Bakhtin (2000), o homem fora de suas interações sociais, não tem nenhuma existência, uma vez que ele precisa relacionar-se para ser um ser histórico e social. Percebe-se que o trabalho com a oralidade nos estudos de Marcuschi (2010) e Antunes (2003), entre outros, deve ter uma nova visão, mas ainda é preciso que todos estejam preparados para tal atuação.

Pensando nisso, no presente artigo, busca-se analisar e discutir qual o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino-aprendizagem da linguagem oral, procurando identificar o lugar dessa oralidade em seu espaço. Especificamente, objetivou-se: descrever algumas práticas pedagógicas do ensino de oralidade na sala de aula de professores do ensino fundamental II; identificar as concepções subjacentes às práticas de ensino de oralidade na sala de aula; investigar possíveis contribuições dos professores no que tange ao desenvolvimento da competência oral dos seus alunos; identificar, nas narrativas dos professores, indícios de suas práticas com os gêneros orais em sala de aula, considerando sua relação com as especificidades do gênero e a articulação com as demais práticas de leitura, produção textual e análise linguística.

Com a intenção de atingir esses objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, entrevistando quatro professores de Língua Portuguesa da rede municipal que lecionam no ensino fundamental II em turma do 6º ao 9º ano, em escolas de bairros periféricos e no centro da cidade. Com esses professores realizaram-se as entrevistas direcionadas para o que eles consideram importante no ensino-aprendizagem dos gêneros textuais; quais gêneros, de modo geral contribuem mais para o desempenho das capacidades comunicativas dos alunos; quais os gêneros orais que são trabalhados; as estratégias utilizadas para o desenvolvimento da fala e escuta de modo eficaz; como é a participação dos alunos em ativi-

dades que envolvem a oralidade e a importância de se trabalhar com os gêneros orais.

Como base teórica acerca do ensino de língua e de oralidade, utilizaram-se os estudos dos seguintes autores, dentre outros: Antunes (2003; 2009), BNCC (2016), PCN (BRASIL, 1998), Castilho (1998), Dionísio (2010), Koch (2004), Marcuschi (2002, 2005, 2008, 2010), Travaglia (2015).

Este artigo está estruturado com uma introdução e três seções. Na primeira seção, encontra-se um breve histórico sobre a questão da oralidade, suas concepções e funcionalidades, as relações entre fala e escrita, bem como as especificidades da modalidade oral da língua e a relevância desses aspectos na vida do ser humano, além da importância do ensino dos gêneros textuais nas aulas de língua portuguesa para a formação dos alunos enquanto forma de uso em ações sociais.

Em seguida, na segunda seção, são apresentados os aspectos metodológicos, os instrumentos e procedimentos de produção e análise de dados.

Por fim, apresentam-se as possíveis considerações finais da pesquisa, sem, contudo, o intuito de estagnar o tema, mas com a intenção de ampliar outras perspectivas acerca do trabalho com modalidade oral, abrindo espaços para que novas pesquisas surjam em torno desse tema.

2. Oralidade e escrita: concepções e funcionalidades

É fato que o ser humano é formado também pela língua e, a partir do momento que começa a usá-la, vai construindo a sua identidade. Logo, a língua é uma das manifestações culturais que constrói e fundamenta a existência de um povo, pois é por meio da oralidade que a identidade das pessoas se apresenta, mostrando e revelando diversidades, assim como os conflitos, enfim todas as tendências existentes na sociedade.

A língua não pode e não deve ser tratada como um fenômeno separado do universo histórico e cultural do ser humano, haja vista que a fala é uma particularidade única deste e só os humanos têm a competência e a capacidade de se comunicar através do uso da oralidade. Apesar da fala ser individual, a língua é uma construção socialmente organizada e desenvolvida.

A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comuni-

cativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. (MARCUSCHI, 2010, p. 25)

Dessa forma, a expressão oral reporta a toda comunicação realizada e utilizada por meio da palavra. No que diz respeito ao ser humano, a expressão oral é inata e por excelência deste, assim, o capacita no sentido de articular os sons de maneira sistemática, proporcionando a comunicação. Desde o início da história da humanidade, que a oralidade é uma das primeiras formas de expressão do ser humano. Logo, indiscutivelmente, a oralidade é um meio de comunicação utilizado pelo homem anterior à palavra escrita.

Segundo Marcuschi (2010), sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve. Ressalta, ainda, que isto não significa que a oralidade seja superior à escrita, nem traduz a convicção, hoje generalizada quanto equivocada por muitos, de que a escrita é derivada e a fala é primitiva, uma vez que a escrita não pode ser uma representação da fala, já que a mesma não consegue reproduzir as especificidades que são inerentes da oralidade, assim como a escrita, por sua vez, também apresenta seus próprios elementos específicos.

A título de exemplificação, a fala possui fenômenos como prosódia, gestualidade, movimentos do corpo e dos olhos. Ainda segundo Marcuschi, a escrita também possui elementos próprios, tais como: tamanho e tipo de letras, cores, formato, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímicas e prosódia graficamente representados, como já foi comentado anteriormente.

Neste sentido, observa-se que, mesmo com a “primazia cronológica” da fala, oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não opostas, a ponto de se caracterizarem como dois sistemas linguísticos, mas não como uma dicotomia. Marcuschi comenta sobre isso:

Se é bem verdade que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente pouco tiveram ou têm uma tradição escrita, isto não torna a oralidade mais importante ou prestigiosa que a escrita. Trata-se apenas de perceber que a oralidade tem uma “primazia cronológica” indiscutível sobre a escrita (cf. STUBBS, 1980). Os usos da es-

crita, no entanto, quando arraigados numa dada sociedade, impõem-se com uma violência inusitada e adquirem um valor social até superior à oralidade. (MARCHUSCI, 2010, p. 17)

Quando se prioriza a modalidade escrita, deixa-se a impressão de que esta é mais importante do que a oralidade, por estar no âmbito da formalidade; já a oralidade por sua vez, está mais relacionada ao âmbito da informalidade e é adquirida naturalmente em contextos do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas. Diante de tanta valorização dada à escrita, por ter como via de regra as normas prescritas pela gramática, é necessário rever a concepção e o tratamento oferecido aos gêneros orais, já que, da mesma forma, “ninguém fala sem a gramática”, como bem disse Antunes (2007).

Nesse sentido, a história de um povo acontece através de diversos aspectos, todavia um dos mais representativos e emblemáticos modos de entendê-la, compreendê-la, bem como construí-la é, sem dúvidas, a língua. É por meio dela que edificamos as relações sócio-comunicativas, pois as percepções adquiridas não são construídas unicamente por um indivíduo sozinho, mas por um grupo com o qual ele convive e se comunica socialmente.

Nesta perspectiva, a fala é por excelência um fator preponderante na identidade cultural de um povo, é por isso, que língua, cultura e identidade são indissociáveis, pois como bem diz Antunes (2009, p. 19): “O povo tem uma identidade, que resulta dos traços manifestados em sua cultura, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal”. Sendo assim, seria impossível falar separadamente sobre língua, cultura e identidade, uma vez que estes indiscutivelmente estão imbricados. Partindo deste pressuposto, observa-se que não existe o mais importante neste cenário de língua, cultura e identidade, o que realmente existe são contextos responsáveis e ao mesmo tempo extremamente importantes na construção social.

Nesse ínterim, Antunes (2009, p. 23) argumenta que a língua é um grande ponto de encontro de cada um com os antepassados, já que são pessoas que de certa forma contribuíram e contribuem para a história de vida. Não se pode negar que a língua está fortemente embutida na memória coletiva. O apego que se tem à língua advém da forma de falar de cada grupo, e esse apego é como uma maneira de firmar união ao grupo a que se pertence.

Nessa perspectiva, é impossível discutir oralidade desconsideran-

do a relação entre língua, cultura e identidade, pois é esse conjunto que irá constituir a marca identitária dos falantes de uma comunidade. Através da interação verbal e das atividades de interlocução os discursos se constroem, expressando as manifestações linguísticas e culturais de um povo.

2.1. Gêneros textuais: perspectivas de ensino–aprendizagem

Nos últimos anos, o tema dos gêneros textuais tem sido bastante discutido (cf. DIONÍSIO, 2002; GERALDI, 1999; KOCH, 2004; TRAVAGLIA, 2007), concluindo que a comunicação, escrita ou oral, sempre se dá através de textos. O artigo de Travaglia (2013) faz um levantamento dos gêneros orais circulantes em diferentes esferas de atividade humana, na sociedade e cultura brasileiras, bem como a sua caracterização. Outro artigo que, também merece destaque é o de Rodrigues e Dantas (2015), este enfatiza a necessidade de uma revisão e um melhor encaminhamento do fazer docente em relação às práticas pedagógicas nas aulas de língua materna. Daí a necessidade das escolas primarem pelo ensino dos gêneros textuais escritos e orais, uma vez que estes devem ser referência para o ensino de línguas.

Nessa perspectiva, só é possível desenvolver a competência comunicativa dos alunos quando a prática pedagógica tem como seu eixo norteador os gêneros textuais. A importância dessa prática centrada em textos, inclusive já vem sendo defendida por documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (2007) que ressaltam claramente que o uso da língua em textos orais e escritos é a base para o ensino. Do ponto de vista de Marcuschi (2008), os gêneros textuais, seja no âmbito da oralidade ou da escrita, são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se apresentam aos mais variáveis tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Neste sentido, pode-se dizer que os gêneros textuais são forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. O autor afirma, ainda, que os gêneros são também necessários para a interlocução humana.

Compreende-se, assim, que o trabalho com os diferentes gêneros textuais faz com que o aluno compreenda acerca das peculiaridades de cada discurso e, sobretudo, entenda que cada um desses discursos cumpre uma finalidade comunicativa específica, ou seja, tal prioridade, quando bem trabalhada, faz com que os estudantes tenham ciência “do que, por que e para quem” estão escrevendo. É notável que nas últimas década-

das, com o desenvolvimento da Linguística Textual, a preocupação dos profissionais da educação em explorar os diversos gêneros tem aumentado consideravelmente, e a maioria dos livros didáticos atuais apresenta uma variedade significativa de gêneros; no entanto, nota-se que os gêneros orais ainda não são explorados como deveriam. Por isso, o trabalho com aqueles textos voltados para a oralidade é de extrema relevância, pois proporcionam também aos alunos um contato mais real com a linguagem.

Segundo Antunes (2003, p. 15), não se pode, não se deve, pois, adiar a compreensão de que a participação efetiva da pessoa na sociedade acontece, também e muito especialmente, pela “voz”, pela “comunicação”, pela “atuação e interação verbal”, pela linguagem, enfim. A autora enfatiza, ainda, que se teve, durante muito tempo, uma escola que favoreceu o mutismo, que obscureceu a função interativa da língua, que disseminou a ideia de uma quase irreversível incompetência linguística, o que deixou, a todos, calados e quase sempre, apáticos.

A escola, ainda, prima muito mais pelo ensino da escrita, e, sobre isso, Castilho afirma que:

Não se concebe mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. (CASTILHO, 1998, p. 13)

Então, a oralidade é um recurso importante para o exercício da cidadania e deve sim ser trabalhada de forma mais aprofundada em sala de aula, para contribuir com a formação de cidadãos críticos e capazes de usar e adequar a sua fala em determinadas situações comunicativas.

No que diz respeito aos usos da língua, Marcuschi (2010, p. 37) esclarece, de maneira significativa, que o uso da escrita ou da oralidade dependerá da situação, sendo que, há práticas que são mais adequadas no campo da modalidade escrita e outras que melhor se adequam na modalidade oral da língua. Nesse sentido, “oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas práticas de sociedades diversas”.

É possível dizer que os gêneros textuais são padrões comunicativos socialmente usados, que servem como uma espécie de modelo comunicativo pleno, representando, assim, um significativo conhecimento social localizado em situações reais.

Fiorin (2008, p. 68), afirma que os gêneros são modos de apreender a realidade. Conforme a realidade muda, se altera e se molda, os gêneros também sofrem modificações e alterações, ou ainda, novos gêneros podem surgir. Ao mesmo tempo em que os gêneros são necessários para atender as novas práticas sociais, eles também ocasionam novos modos de ver a realidade, isto é, podem provocar mudanças nos contextos sociais.

Partindo desse pressuposto, percebe-se claramente que os gêneros textuais estão em consonância com a língua em seu uso, uma vez que estão presentes na vida cotidiana nas mais diversas situações.

No âmbito dessa discussão, percebe-se nitidamente que há uma correlação dos gêneros textuais com a fala e a escrita; estas por sua vez, também têm seu correlato no que diz respeito aos gêneros textuais enquanto forma de representação de ações sociais. Nesse sentido, vale ressaltar que os gêneros textuais falados, infelizmente, ainda são um tema de pouco estudos e de pouca sistematização, se comparados com os textos escritos.

3. *A oralidade e a prática pedagógica nas aulas de língua portuguesa*

Os PCN (1998, p. 49) afirmam que “eleger a língua oral como conteúdo escolar exige planejamento da ação pedagógica de forma a garantir em sala de aula e na escola atividades sistemáticas de fala, escrita e reflexão sobre a língua”. Assim, ressalta-se que é preciso criar condições para que o aluno possa participar de atividades diversificadas que envolvam, através dos gêneros textuais, a oralidade de forma contextualizada.

Infelizmente, segundo Antunes (2009) os livros didáticos contemplam alguns gêneros de forma rápida e superficial, dessa maneira não permitem que os alunos tenham conhecimentos relevantes sobre os aspectos centrais desses gêneros, inclusive, a autora reconhece a importância de se trabalhar de maneira consistente uma intervenção didática pautada no trabalho com os gêneros orais.

Assim, é deveras importante que a instituição escolar esteja atenta na aplicabilidade do ensino dos gêneros textuais de maneira equilibrada, para que o aluno tenha conhecimento da funcionalidade dos gêneros existentes. Os PCN orientam e advertem para a questão da importância de se trabalhar os variados gêneros circulantes na escola, todavia, esclarecem, que não só os gêneros escritos como também os orais.

É bem verdade que a escola tem como compromisso primário ensinar o aluno a usar e desenvolver de maneira satisfatória a escrita, capacitando-o, assim, para a produção de textos em que os aspectos formal e comunicativo estejam bem ajustados, já que a oralidade é algo adquirido naturalmente, contudo, isto não pode e não deve servir de motivo para menosprezar o trabalho com as competências de uso dos gêneros orais. Convém salientar que a participação e inserção do ser humano na sociedade acontecem, também, através da comunicação oral, uma vez que somos seres eminentemente orais.

Os PCN contemplam uma gama de observações sobre a oralidade, dentre algumas coloca que a escola deve capacitar os alunos no sentido de desenvolver textos escritos; mas, contudo, não deve negar os processos da comunicação oral. Para ilustrar essa estratégia, Marcuschi afirma que:

Sendo assim, é sabido que o aluno quando chega à escola já tem a sua capacidade comunicativa desenvolvida, portanto não cabe à instituição ensinar o que já se sabe, nem tampouco dificultar as capacidades adquiridas. Então, a escola não tem a incumbência de ensinar a língua, mas contribuir para o desenvolvimento das competências de uso da língua, os contextos de compreensão, de análise linguística e produção textual. (MARCUSCHI, 2010)

Segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2016), os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de Língua Portuguesa estão organizados em cinco eixos comuns ao longo do Ensino Fundamental: leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e gramaticais, educação literária e oralidade/sinalização¹¹¹ e conhecimento sobre a língua e a norma padrão.

Infelizmente, a tradição escolar sempre acreditou que para garantir a presença da oralidade nas aulas, basta tão somente solicitar ao aluno que leia em voz alta. Mas, isso não é suficiente, pois isso é apenas oralização do texto escrito, não é produção textual oral.

Segundo o PCN de Língua Portuguesa (1998, p. 25), é preciso que a escola ensine o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e rea-

¹¹¹ Um dos grandes avanços que a recente construção da Base Nacional Comum Curricular apresenta em relação ao tema aqui discutido é considerar como equivalentes a modalidade oral à língua de sinais. Os estudos anteriores dão ênfase à fala, sem mencionar a sinalização.

lização de apresentações públicas. Ainda é mais preciso ao afirmar que “a aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la”.

Para tanto, Milanez (1993, p. 15) faz uma crítica ao ensino tradicional dizendo que os registros orais do idioma são desconsiderados pela escola principalmente quando o aluno é avaliado, pois ele é avaliado pelo que escreve e não pelo que fala; alerta, ainda, que a escrita não é e nem deve ser o único veículo de comunicação entre os homens.

4. Fundamentos e procedimentos metodológicos

O trabalho apresentado neste artigo é resultado de uma pesquisa de cunho qualitativo. Para Maanem (1979, p. 520) o termo “pesquisa qualitativa” objetiva traduzir o sentido dos fenômenos sociais, tratando de reduzir a distância entre os dados pesquisados, a teoria e prática, o contexto e a ação.

Assim, no decorrer de uma pesquisa é possível o investigador confrontar dados, analisar problemas acerca de um determinado tema. Sendo assim, o instrumento de pesquisa utilizado no referido trabalho é a entrevista oral, que tem como objetivo a constituição de um *corpus*, ou seja, a produção de dados sobre o trabalho com os gêneros orais.

Dessa forma, para constatar de que maneira os gêneros textuais orais são efetivamente trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa, optou-se pela realização de entrevista semiestruturada com perguntas abertas acerca da temática pesquisada, com 4 professores, de escolas municipais da zona urbana localizadas no centro e na periferia da cidade de Itaberaba, na Bahia. As entrevistas foram realizadas, nos seus respectivos locais de trabalho, no dia e hora marcada pelos participantes e foram gravadas em forma de áudio, com o auxílio de um aparelho celular. Para tanto, elaborou-se um roteiro de tópicos para a realização da entrevista semiestruturada nos quais foram abordados os seguintes pontos:

Você trabalha com os gêneros textuais em suas aulas? Quais?

1. Quais gêneros, de modo geral, você acha que contribuem mais para o desempenho das capacidades comunicativas dos alunos?
2. Você trabalha com os gêneros orais? Quais?

3. Quais estratégias você utiliza para que seus alunos possam desenvolver a fala e a escuta de modo eficaz?
4. Como é a participação dos seus alunos em atividades que envolvem a oralidade?
5. Você acha importante trabalhar com os gêneros orais? Por quê?

Após a gravação das entrevistas com cada docente, foi feita a transcrição de trechos das respostas, bem como a análise dos dados. Ressalta-se que os professores entrevistados foram nomeados com nomes fictícios.

4.1. Participantes da pesquisa

Os professores entrevistados são graduados em Língua Portuguesa, em universidades públicas e particular com mais de 10 anos de experiência, do gênero feminino e masculino, atuantes em turmas do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II.

A educadora Mariana tem entre 45 a 55 anos de idade, 25 anos de profissão, graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), atua em turmas do 9º ano, a maioria oriundos da zona urbana, no turno vespertino, em uma escola de pequeno porte, localizada no centro da cidade de Itaberaba.

A professora Laísa tem entre 40 e 50 anos de idade, 10 anos de profissão, graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pós-graduada em Letras Libras, atua em turmas do 9º ano, no turno matutino.

A docente Sâmya tem entre 50 a 60 anos de idade, com mais de 20 anos de profissão, graduada em Letras Vernáculas pela (UNEB) e pós-graduada em Psicopedagogia, atua em turmas do 8º ano, turno noturno.

O educador Levy Artur tem entre 30 a 40 anos de idade, 10 anos de profissão, graduado em Letras com Inglês pela Universidade Estadual de Feira (UEFC) de Santana e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), atua em turmas do 9º ano, no turno matutino.

As instituições selecionadas foram escolas municipais que oferecem o Ensino Fundamental II, estão localizadas no centro e na periferia

da zona urbana da cidade de Itaberaba-BA. Dentre as escolas selecionadas, uma é de grande porte, com grande parte dos alunos oriundos da zona rural, as outras são de médio e pequeno porte e a maioria dos alunos são oriundos da zona urbana. Ressalta-se que todas as escolas possuem coordenação pedagógica.

5. Considerações finais

Nesta pesquisa, teve-se como objetivo principal investigar qual o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino-aprendizagem da linguagem oral, com a intenção de identificar o lugar da oralidade nas aulas de língua portuguesa. Com o intuito de atingir os objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa com quatro professores de Língua Portuguesa da rede municipal que lecionam no ensino fundamental II em turma do 6º ao 9º ano, no município de Itaberaba-BA.

Pesquisar as contribuições dos professores sobre o ensino da modalidade oral foi de suma importância, visto que já ficou comprovado através de outros trabalhos que a garantia desse ensino contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento das competências comunicativas dos educandos.

Nessa perspectiva, o percurso metodológico utilizado na pesquisa contribuiu significativamente para uma produção de dados satisfatória, pois através das entrevistas gravadas com professores tornou-se possível compreender como acontece o ensino da modalidade oral nas aulas de língua portuguesa.

A partir da metodologia utilizada, foi possível perceber que os professores entrevistados demonstram ter consciência da importância do trabalho com a linguagem oral em suas aulas, pois estes disseram que realizam o trabalho com a modalidade oral da língua, contudo percebe-se que os gêneros orais não são tão explorados quanto os gêneros escritos, haja vista que a maioria dos gêneros citados foram de concepção escrita. Apesar de todos terem consciência da importância do trabalho com os gêneros orais, alguns professores demonstram a ideia de trabalho com a oralidade, relacionado apenas a expressão de opiniões sobre os assuntos e não ao trabalho com gêneros.

O trabalho com os gêneros textuais escritos e orais são relevantes nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que os alunos se apropriam do uso da linguagem em diferentes contextos e interações sociais. Assim, os

professores têm o papel de primar por sua formação no sentido de garantir ao aluno esta aprendizagem de maneira satisfatória.

As observações e reflexões feitas sobre o trabalho dos docentes em sala de aula permitem perceber como a modalidade oral vem sendo trabalhada gradativamente, contudo observa-se que ainda é preciso uma atenção redobrada na hora de eleger os gêneros textuais para que haja um equilíbrio entre os de concepção escrita e de concepção oral.

Ao findar esta pesquisa, chega-se a conclusão de que os nossos objetivos foram alcançados, uma vez que foi possível perceber que alguns os professores têm consciência da importância do ensino da oralidade e inserem em sua prática os gêneros textuais orais, prática que contribui significativamente na formação da competência oral dos estudantes. Novas abordagens podem ser realizadas, com dados de outras realidades escolares e, até mesmo, observando-se também a perspectiva dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português – encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. 2. versão. Revista. abril 2016.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.384, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

DANTAS, Maria Aparecida Calado de Oliveira; RODRIGUES, Linduar-te Pereira. Gêneros orais e ensino: entre o dito e o prescrito. *Linha D'Água (on-line)*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 137-53, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/102984/106259>. Acesso em: 20 de dez 2015.

DIONÍSIO, Ângela Paiva (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

FIORIN, José L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gêneros orais – conceituação e caracterização. *Anais do SILEL*. v. 3, número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: www.ileel.ufu.br/travaglia/.../artigo_generos_orais_conceitacao_caracterizacao.pdf. Acesso em: 20 mai 2003.